

Vitória/ES, janeiro de 2019.

**INFORMATIVO** – Assunto: Obrigações e prazos do Minerador

Prezado(a) Minerador(a),

Servimo-nos do presente para rememorar acerca de alguns prazos em curso e com vencimento em breve:

Obrigação	Prazo fatal	Base legal	Comentário
<i>Taxa anual por hectare (TAH)</i>	<b>31.01.2019</b>	art. 20, caput, inciso II, �3�, II, a e b do Decreto-Lei n� 227, de 1967 - Código de Mineração	O valor é devido para as autorizações de pesquisa e prorrogações de prazo publicadas no DOU no período de 1� de julho a 31 de dezembro anterior e, em caso de não ocorrer, poderá ensejar multa e nulidade de ofício do título minerário.
<i>Apresentação do Relatório Anual de Lavra</i>	<b>15.03.2019</b>	art. 47, XVI do Decreto-Lei n� 227, de 1967 - Código de Mineração	Essa obrigação corresponde aos detentores dos seguintes títulos minerários: *Decreto/Portaria de Lavra; *Guia de Utilização; *Registro de extração; *Permissão de lavra garimpeira; *Manifesto de Mina; *Consórcio de mineração; *Grupamento Mineiro; e *Registro de licença com PAE ( <u>nesse regime, sem o respectivo</u>



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

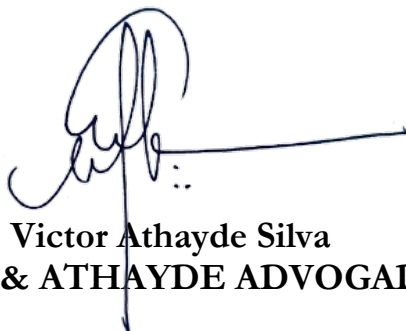
Rio de Janeiro (21) 2532-5809 - Rua Sete de Setembro, 43, Grupo 1203 - Centro - 20.050-003  
São Paulo (11) 2626-8509 - Funchal, 411 - 4  andar - sala 33 - Vila Olímpia - 04.551-060  
Vitória (27) 3345-0012 - José Alexandre Buaiz, 300 - 607 - Ed. Work Center - Enseada do Su  - 29.050-545  
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3521-6192 - 25 de Março, 5 - Grupo 501 - Centro - 29.300-100

www.d.a.d.v.br

			PAE, terminará em <u>31.03.2019</u> ).
<i>Apresentação da Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral - DIPEM</i>	<b>30.04.2019</b>	art. 13, II do Decreto-Lei nº 227, de 1967 - Código de Mineração  E  Portaria Nº 519, DOU de 11/12/2013	A declaração deve corresponder ao ano-base o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano imediatamente anterior. O valor deve ser discriminado por substância mineral.
<i>Comprovação de que o licenciamento ambiental está em andamento.</i>	<b>De seis em seis meses a partir do requerimento da licença ambiental respectiva.</b>	art. 31, §4º do Decreto Federal nº 9.406 de 2018 – Novo Regulamento do Código de Mineração.	O Novo Regulamento do Código de Mineração passou a vigorar em 28 de novembro de 2018, a partir da instalação da Agência Nacional de Mineração (que se deu pelo Decreto Federal nº 9.587 de 2018). O não cumprimento do prazo poderá ensejar o indeferimento do requerimento de lavra.

O presente documento é meramente colaborativo e, em caso de dúvidas, estou a disposição nos seguintes contatos: victor@da.adv.br e (27) 99978-0011.

Cordialmente,



**Victor Athayde Silva**  
**DAVID & ATHAYDE ADVOGADOS**



**DAVID &  
ATHAYDE**  
ADVOGADOS

Rio de Janeiro (21) 2532-5809 - Rua Sete de Setembro, 43, Grupo 1203 - Centro - 20.050-003  
São Paulo (11) 2626-8509 - Funchal, 411 - 4º andar - sala 33 - Vila Olímpia - 04.551-060  
Vitória (27) 3345-0012 - José Alexandre Buaiz, 300 - 607 - Ed. Work Center - Enseada do Suá - 29.050-545  
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3521-6192 - 25 de Março, 5 - Grupo 501 - Centro - 29.300-100

www.d.a.a.d.v.b.r